

**CPI – BARRAGEM DE SALTO GRANDE**

**06.08.2019**

**CPI – BARRAGEM DE SALTO GRANDE**

**06.08.2019**

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo ato 45/2019 com a finalidade de investigar a real situação da Barragem de Salto Grande no município de Americana. Registro com prazer as presenças dos deputados: Adalberto Freitas, Luiz Fernando Ferreira, Rafa Zimbaldi, Dirceu Dalben, Ricardo Madalena e este presidente. Bom retorno a toda a nossa assessoria, todos nossos deputados, já que nós na quinta-feira retomamos os trabalhos no segundo semestre aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O objetivo desta reunião é para que possamos dar sequência nos depoimentos sobre a Barragem de Salto Grande. Nós queremos convidar aqui o diretor de regulação técnica e fiscalização do serviço de energia da Arsesp que é a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, Marcos Roberto Lopomo. Já está aqui à Mesa.

Eu solicito a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - É regimental o pedido do deputado Dirceu Dalben. Estão já à nossa Mesa, o Sr. Marcos Roberto Lopomo, ele que é o técnico especializado no assunto. Também a presença do especialista em regulação e fiscalização dos serviços públicos da Arsesp, o Sr. Nelson Kazuo Minami. Por favor, Sr. Nelson. E também da Arsesp, do setor de fiscalização, o Sr. Fábio Ferrão.

Nós agradecemos a presença de todos da Arsesp que foram convidados para que comparecessem nesta CPI. Eu passo aqui para o Marcos Roberto Lopomo, que é o técnico especializado nesse assunto, e mais uma vez obrigado pela presença, Marcos. Boa tarde.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Eu que agradeço, Roberto, cumprimento os demais membros da Mesa em nome do Dr. Roberto. A Arsesp é a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

Nós atuamos em três setores diferentes: no setor de saneamento, no setor de gás canalizado e no setor de energia elétrica. Hoje eu estou aqui representando, sou diretor da área de energia elétrica, nós trabalhamos em convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, especialmente em atividades voltadas à fiscalização.

Eu trouxe uma breve apresentação para poder contextualizar o assunto. Eu gostaria de colocar – ela está na área de trabalho. Essa é uma apresentação em que o objetivo é mostrar o nosso trabalho, chamando a atenção especialmente sobre a questão pós-Brumadinho, que levantou com grande força essa questão de barragens em todo o País.

Primeiro, essas são as três áreas que a Arsesp trabalha, o saneamento, o gás canalizado e a energia elétrica. Então nós temos o saneamento com a competência municipal, nós atuamos por meio de convênio, o gás canalizado, a competência é estadual, então a Arsesp tem a competência na sua origem de regular e fiscalizar, e a energia elétrica de competência federal da ANEEL, a gente atua também com convênio com a Agência reguladora. Esse convênio abrange as distribuidoras de energia elétrica no estado de São Paulo e a geração não centralizada, aquela que não é despachada centralizadamente, o que inclui, por exemplo, a usina de Americana. Poderia passar, por favor.

Aqui é só uma demonstração do que chamou tanta atenção para essa questão das barragens, que foi a questão de Brumadinho, do acidente que ocorreu em 25 de janeiro de 2019. Essas fotos elas ilustram bem o problema, e é sempre bom lembrar, eu acho bom a gente frisar que nesse caso nós estamos falando de uma barragem completamente diferente das barragens de geração de energia elétrica. Uma barragem de rejeitos feita com o próprio rejeito, e é importante salientar que no caso da energia elétrica, a barragem é parte do serviço de energia. O empreendedor de energia, proprietário de uma usina, ele tem todo o interesse na conservação da barragem, porque ele depende da barragem para o ganho dele. Por favor, se puder passar mais uma.

Bem, foi criado após Brumadinho uma força-tarefa, o Conselho Ministerial de Supervisão de Resposta a Desastres e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos recomendaram que os órgãos fiscalizadores da política nacional de segurança de barragens, eles realizassem uma imediata fiscalização in loco nas barragens que fossem sob sua jurisdição, priorizando aquelas que tinham a classificação de dano com potencial alto. Então, no caso da ANEEL, a ANEEL nos delegou por convênio a

fiscalização de uma série de hidrelétricas, 25 hidrelétricas nessa ocasião, contemplando 29 barragens. Por favor, se puder passar.

Nós tivemos nesse ínterim entre a data de hoje e o início da força-tarefa muitas demandas externas, de Ministério Público, prefeituras, procuradorias, câmaras municipais, Defesa Civil Estadual, trocando informações com a ANEEL e a Arsesp – é um importante agente nesse sistema de barragens, nessa questão de barragem –, do Sindicato dos Engenheiros e da imprensa e da mídia de forma geral.

Nós temos no estado de São Paulo conhecimento, de 40 PCH que a Arsesp tem atribuição delegada pela ANEEL de fiscalizar. Então nós temos outros tipos de usinas, mas no âmbito da Arsesp nós temos essas 40. No que consiste a fiscalização de barragens? Na verificação da correta instrução dos documentos exigidos pela legislação, tem uma série deles, depois a gente pode detalhar aqui, e conduzir ações coercitivas quando elas se mostrarem necessárias. É muito bom deixar claro que a responsabilidade pela concepção, implantação, operação de barragens, incluindo assegurar a estabilidade da barragem, ela, pela lei de barragens, cabe ao empreendedor. Cabe ao empreendedor disponibilizar à fiscalização os laudos correspondentes à integridade dessas barragens, esse é o fluxo desse processo.

A Arsesp não verifica a estabilidade de barragem, essa é uma matéria de grande complexidade e cabe ao empreendedor fazer as contratações necessárias para os estudos dessa questão de estabilidade. Por favor, poderia passar mais um.

Bem, aí nós temos uma série de procedimentos: a análise preliminar da documentação de barragem, análise do conteúdo mínimo do Plano de Segurança de Barragem, que é conhecido como PSB, análise do conteúdo do Plano de Ação Emergencial que é um item do PSB, o PAE, a análise do conteúdo mínimo da inspeção de segurança regular, cumprimento da obrigação de realização de inspeção de segurança especial, temos também na fiscalização inspeções visuais que são feitas na barragem, nas estruturas acessórias, e nós registramos isso por meio fotográfico, e também a verificação de reunião de Defesa Civil para confirmar se a Defesa Civil, que é esse importante órgão, recebeu esse plano do empreendedor. E se ele sabe aplicar esse plano. A Defesa Civil, a gente tem verificado em algumas localidades, eles têm uma estrutura aquém da necessária para tratar esse tipo de problema, e temos encontrado também outras regiões que são favoráveis e que podem servir de modelo, inclusive, para todo Estado.

Essa é a situação geral de barragens que nós temos aqui no estado de São Paulo, então nós temos outros órgãos fiscalizadores de barragens que têm outros usos, então tem a ANA, o DAEE, a Agência Nacional de Mineração e a Cetesb com atribuições sobre barragem, e nós estamos ali no centro do quadro com a ANEEL, com uma determinada quantidade que é feita exclusivamente pela ANEEL, porque as usinas são despachadas pelo Operador Nacional do Sistema, e uma quantidade de barragens que a Arsesp fiscaliza.

Então, submetidas ao Plano Nacional de Segurança de Barragens – lembrando que nem toda barragem é submetida a esse Plano, tem alguns critérios para se enquadrar –, são 42 barragens. Com PSB, nós temos 39; e barragens com o PAE, 36. Esse é o status atual que nós temos. E, em que pese ter alguma defasagem com relação a todo o Plano Nacional de Barragens, é uma situação de energia. E até na linha do que eu comentei anteriormente, do interesse do próprio empreendedor em manter isso bem feito, porque ele depende da barragem. Em comparação com outros setores, a gente está num nível muito mais confortável do que os demais – o setor de energia elétrica. Por favor.

Bom, então nós tivemos aí ações finalizadas desde o começo do ano a questão em fevereiro da reunião com a ANEEL para determinar a força-tarefa. De fevereiro a maio foram realizadas fiscalizações em 29 barragens e estruturas acessórias. Nós, de março a julho, ou seja, até de forma paralela, passamos a elaborar os Relatórios de Fiscalização e Notificação do Empreendedor. Em julho estará dando início aos processos decisórios, que é a análise da manifestação dos empreendedores que já retornaram depois do recebimento do relatório, alguma informação, e a tomada de decisão dos próximos passos. Nas ações e preparação, a gente ainda tem a fazer esse ano seis barragens no segundo semestre e, de setembro a novembro, a elaboração do Relatório de Fiscalização e Notificação do Empreendedor e dos processos decisórios relativos a essas barragens. Por favor.

Essas aqui são algumas ilustrações que nós colocamos de problemas que a gente consegue identificar visualmente nas estruturas de barragens. A gente pode detalhar, se alguém tiver alguma dúvida, ou mesmo dúvidas com relação à barragem de Americana. Por favor. Do que nós fizemos de avaliações...

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Só um aparte. No vídeo anterior, é a barragem de Americana?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Essa daí... Não necessariamente. A gente tem algumas fotos da barragem de Americana depois.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - O.k.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Essa é já a barragem de Americana.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Essa é já, mas... A primeira, não é?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Tem a marcação.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - O que é a marcação?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - A que tem a surgência ali.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - A marcação é uma surgência, onde você detecta uma umidade. E aí há uma patologia – em termos de Engenharia Civil, nós chamamos de patologia. Ali são diversas patologias que nós verificamos visualmente e que podem elencar outros problemas. Aí nós elencamos visualmente. Ali tem uma surgência, aquela outra barragem tem um possível deslocamento do concreto, uma fissura. Embaixo, à sua esquerda, tem uma barragem que teve efeito de carbonatação, é um sinal que expõe o concreto, uma espécie de gel branco, uma reação do concreto com agregado, com o meio ambiente ao longo do tempo e dá possíveis fissuras.

O lado esquerdo daquela barragem sofreu tratamento, então nós acompanhamos, verificamos se há alguma fissura, se ela está evoluindo essa patologia. A do lado direito é na câmara de inspeção de uma barragem. Ali tem um medidor triortogonal – é um aparelho que na engenharia nós chamamos de aparelho de auscultação – e ele serve para medir a evolução daquela possível fissura, se ela vai se transformar numa trinca e como está sendo essa movimentação. O empreendedor tem que fazer algumas ações se ela evoluir. Então uma barragem, na verdade, se a gente pensar atômica, quanticamente, ela tem vida, ela tem reações ao longo do tempo que reagem com o meio ambiente. E muitas dessas patologias são geradas assim. Então ali é a detecção de algumas patologias que nós vemos em campo visualmente, a fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Talvez seja essa imagem que o Panunzio alegou, que poderia arrasar com Limeira e Piracicaba, não é? Talvez tenha sido isso. Obrigado.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - À disposição, deputado.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Por favor, se puder passar para frente o slide. Bom, nós já temos algumas avaliações do comportamento dos agentes fiscalizados: 89,7% apresentaram documentação exigida incompleta e diligenciam ações em busca do pleno atendimento. Então essa é uma atribuição realmente da fiscalização, de implementar um caráter educativo e fazer com que os agentes cumpram todas as obrigações que são determinadas; 6,9% não disponibilizaram a documentação. Os empreendedores demonstram uma preocupação e interesse em se adequar ao Plano Nacional de Segurança de Barragens. As defesas civis municipais em grande parte não dispõem de estrutura e recursos, essa é uma área que eu acho que tem que ter uma atenção especial.

De forma geral, as barragens hidrelétricas do estado de São Paulo possuem uma cultura de segurança de barragens, mas há necessidade de adequação de alguns pontos da lei ainda. E uma questão também clara, que é o relacionamento entre todos os atores envolvidos. Obviamente, a gente – após a questão de Brumadinho e a atenção dada ao caso, isso tem refletido em maior envolvimento de todos os atores – e a gente estava observando que se deve ter uma melhoria com relação a isso. O próprio estado de São Paulo, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, teve uma iniciativa louvável de fazer um relatório sobre barragens do estado de São Paulo, que é um material muito rico – inclusive nós colaboramos com a parte de energia elétrica com esse material – e que colocou todo mundo numa mesma sala para tratar do tema. Então a expectativa é positiva nesse sentido de melhorar essa questão da coordenação entre os órgãos.

Bom, incentivos à participação proativa do empreendedor no processo, intensificar o esforço de convencimento no cumprimento da legislação, adoção de mecanismos de punição do agente inadimplente – então a gente tem aí, pode ter pena de advertência, multa – que é proporcional ao faturamento do empreendimento, e até mesmo a perda de autorização da geração, lembrando que quem autoriza isso é o poder concedente, a ANEEL. Dificuldades na implementação de medidas coercitivas junto a

inadimplentes refratários: o empreendedor é o condutor do processo de implantação e operação das centrais; por lei, é o único responsável pelo projeto em funcionamento das centrais. E o sistema elétrico no incentivo à produção não costuma perseguir os inadimplentes. Então tem que ter sempre a atenção da fiscalização.

Persistência na orientação dos agentes: é a melhor prática da fiscalização. Por favor.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Pela ordem, presidente. Queria fazer uma pergunta para o técnico aqui. Desculpa, eu posso fazer a pergunta agora ou só depois que ele terminar a explicação?

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Como eu também fiz a pergunta, eu não vou jamais... Não faz parte do meu método político censurá-lo. Seria depois, mas me chamou atenção quando eu vi sinalizado em vermelho. Eu achei que era realmente algum vazamento. Como eu tenho... Não enxergo muito à distância, mesmo com óculos, por isso que eu fiz a pergunta. Mas, por gentileza, deputado Adalberto.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Porque ele falou de uma patologia, uma fissura, um negócio lá. Eu queria saber o que que isso afeta a segurança da barragem, porque você falou do problema, mas o que seria o próximo passo? Isso afeta a segurança ou não dessa fissura, dessa patologia que você indicou? Desculpa, é que eu só...

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Que isso, estamos à disposição. Acho que o poder público está de parabéns, os deputados. Os deputados têm que dar a resposta para o cidadão, que é fazer CPIs mesmo, cobrar das agências reguladoras, cobrar dos empreendedores. E eu agradeço muito, à disposição para responder tecnicamente sobre algumas patologias que podem acontecer nas barragens. O senhor quer ser mais específico de um ponto? E eu vou direcionar.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Naquelas duas imagens.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Tá. Vamos lá.



**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Essa é Americana. Essas quatro fotos são de lá.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Especificamente quanto àquelas fotos, nós temos a primeira foto, que é da Barragem PCH de Americana. Aquela barragem ali, na ombreira direita, o que que nós fazemos quando fiscalizamos? Se alguém puder voltar para aquela foto, eu explico em cima da foto. Facilita. Então a primeira foto é da PCH Americana, as outras três fotos são outras usinas que a Arsesp fiscalizou nessa campanha da força-tarefa que o governo federal montou.

Quanto àquela foto de Americana, como o fiscal tem que se portar ao fiscalizar? Você orienta ombreira direita, como se fosse eu de pé aqui – eu sou a barragem, essa parte central é a barragem, eu tenho a ombreira esquerda e a ombreira direita seria o meu braço. Ali na ombreira direita, quando nós fiscalizamos, nós detectamos o que naquele ponto que foi marcado? Uma pequena surgência. O que que é uma pequena surgência? É uma pequena umidade que brota no barramento. E o que a Arsesp fez com o poder público? Solicitou o empreendedor, como no caso da CPFL, a fazer um plano de trabalho para avaliar essa surgência, se ela é deletéria, e controlá-la disso.

Agora, como nós verificamos a evolução dessa patologia? Na barragem, na parte da engenharia, a gente usa, se apropria de alguns termos médicos que é a patologia. Seria uma doença, seria algo que aparece dentro, que aparece na barragem. E quais são os sinais possíveis que aparecem numa barragem? Vamos falar de uma barragem de concreto. Nós podemos ter o quê? Nós podemos ter uma reação álcali-agregado, que é uma reação, grosso modo, é uma reação térmica que vai fazer uma expansão do concreto e vai provocar fissuras. E aí, o que que o engenheiro faz quando detecta aquilo? Primeira coisa, ele tem que analisar ali. Ele vai pôr um medidor triortogonal.

Aquela última foto não é de Americana. E o que que o corpo técnico daquela barragem fez? Ele coloca o medidor triortogonal ali para medir a evolução daquela patologia, como ela está se comportando, se ela está aumentando, se ela estabilizou, e ele procede no tratamento. Se puder ampliar a foto, você vai ver que possivelmente ele a tratou com epóxi. E aí ele vai ver: “Será que ela vai fissurar novamente? Será que o tratamento foi suficiente?”, e ele faz um controle. Por isso que é muito importante nas barragens, em qualquer barragem que se fala, tanto do empreendimento elétrico como uma barragem de aproveitamento de uso múltiplo ou uma barragem de mineração, que

você tenha uma boa cobertura de aparelho de auscultação. Os aparelhos de auscultação sinalizam como a barragem está reagindo, e você vai medir aquela fissura e propor ações em cima disso.

Nós temos barragens em que temos também medidor de vazão. Você mede aquela vazão que sai da barragem para saber se ela é controlada ao longo do tempo e propõem ações técnicas em cima disso. Então, como eu falei, eu acho que é muito importante a gente ter consciência, deputado, que a barragem assim... A gente pensa que ela não tem vida – ela tem vida. Atomicamente, ela reage com o meio ambiente e o meio ambiente com ela ao longo do tempo. Por isso que há grande preocupação quanto à manutenção. Na legislação que nós temos, a 2.334, que criou a Política Nacional de Segurança de Barragens em 2010, e no nosso caso o empreendimento elétrico tem uma resolução normativa que funciona como se fosse um decreto – o senhor conhece bem como funciona – que regulamenta como tem que ser aplicado isso.

Ela pede um relatório de inspeção regular. Dependendo da classificação da barragem, o empreendedor tem que fazer um relatório de inspeção regular que compreende a análise técnica e a análise desses equipamentos de auscultação para ver como estão evoluindo essas patologias e propondo ações. Eu estou tentando ser o menos “engenherês” possível para tentar ajudá-lo, está bom? Mas perguntem, e eu vou tentar ajudar da melhor forma.

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Pelo que eu entendi.

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Tem uma fissura e aí é só colocar um epóxi que resolve, é isso?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Não. O que que você faz primeiro? É bom você esclarecer, deputado, e eu tentar dar o feedback. O que que você faz? Primeiro se analisa. É a mesma coisa que eu tossir. Eu estou doente, eu estou tossindo; pode ser uma

gripe, pode ser um resfriado, pode ser algo pior. Como que eu vou fazer? Eu vou fazer uma série de exames e controle.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - A medida exata.**

**O SR. FÁBIO FERRÃO -** Para ter a medida exata. Primeira coisa, você ter um equipamento de auscultação e ter um bom profissional técnico, gabaritado, que recolha a RT e se responsabilize por esse tratamento condizente. Basicamente é isso. Me responda para eu tentar traduzir da melhor forma, está bom?

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL -** Muito obrigado pela explicação.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS -** Pela ordem, deputado Luiz Fernando.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL -** Obrigado, residente.

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT -** Sr. Presidente, primeiro queria agradecer todos os técnicos da Arsesp e cumprimentar todos os pares aqui à Mesa. Nós temos algumas pessoas para ouvir hoje dentro da própria Arsesp, e eu queria ver a possibilidade de a gente se deter ao caso Americana. Por quê? Esta CPI nasceu em face de uma notícia de uma TV aberta que dizia que poderia, na verdade, diziam que tinha um grande problema que poderia lavar, varrer algumas cidades. E o deputado Roberto Moraes imediatamente, preocupado com a questão toda, veio e “Vamos trabalhar, vamos investigar isso a fundo”. Depois, infelizmente, o deputado Roberto Moraes teve um problema de saúde, mas ele venceu o problema dele também – assim como vem vencendo tudo, não é, Roberto? E o que nos preocupa hoje é o seguinte.

A Barragem de Americana tem sido, foi fiscalizada pela Arsesp, e o que a Arsesp tem a nos dizer especificamente a respeito disso? Até porque não cabe à CPI, nem ela pode fazer – se ela quiser olhar a barragem da cidade ao lado, ela não pode, ela tem que se deter à matéria que foi constituída. Então, se pudéssemos falar de Americana

– Americana tem problema? Tem fissura? Pode trazer algum problema? Eu acho que é isso que... Então, com todo o respeito, até porque quando você se senta com o técnico, o técnico sabe tudo e tal, e eu agradeço a aula, mas assim, até para a gente poder se deter à Barragem de Americana, se possível.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - É válida a intervenção do deputado Luiz Fernando, gostaria até que os técnicos entendessem em função de terças, quartas e quintas serem os dias – tanto é que o único horário que nós conseguimos encaixar foi o horário das 13 horas, já que vários deputados têm outras comissões permanentes da Casa às quais eles pertencem. E às 14h30 abre a sessão de Plenário. Então, se pudesse, ser sucinto na questão Americana.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Americana, nós temos atuação nela nos três últimos anos: 2019, 2018 e 2017. Temos relatórios específicos. A avaliação de barragens é feita por uma matriz de risco de barragem, então existe uma variação de potencial de dano e de risco propriamente dito. Americana teve uma mudança, e eu vou pedir para o Fábio depois esclarecer aqui as mudanças e o que fez com que ela tivesse atribuído o risco elevado anteriormente. E agora é uma mudança de nível na categoria de risco, porque hoje no estado de São Paulo nós não temos nenhuma barragem de usina hidrelétrica na matriz de risco com risco A, que seria potencial elevado e a condição de risco efetiva elevada. Porque o potencial depende do tamanho da barragem e do que nós temos, a jusante dessa barragem, ou seja, qual a consequência de um eventual rompimento de uma barragem numa estrutura dessas.

Nós temos muitas usinas em São Paulo com potencial alto, mas que não necessariamente isso impute um risco, porque tem o critério de classificação de risco. Então, por favor, Fábio, se você puder comentar um pouco só do cenário de Americana, como foi vindo a fiscalização e o que fez com que se rebaixasse o nível de risco dela.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Pela ordem, deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Só tirar uma dúvida. Cumprimentar a todos os pares aqui. Vocês têm contrato com terceiros para fiscalização?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Não.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - É corpo técnico próprio?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Próprio.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - São todos concursados ou nomeados?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Nesta área de geração, todos hoje são concursados.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Tá. Qual é o número de funcionários da Arsesp?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Nós estamos com aproximadamente 150 e temos agora uma expectativa de entrada de mais... 50? Quarenta e seis concursados.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - O.k. Qual a periodicidade de fiscalização de uma usina?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Isso é determinado no convênio com a ANEEL. No caso de Americana, tem sido anual, pelo menos nos três últimos anos nós tivemos. Mas não necessariamente todas. Depende de como a ANEEL classifica a priorização das usinas e nos demanda a fiscalização.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - A ANEEL tem profissional junto, que faz essa fiscalização com vocês, ou é ato isolado da Arsesp?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Não, é conveniado conosco. Todos os procedimentos são acordados com a ANEEL e a ANEEL nos delega a fiscalização.

Não tem um acompanhamento de um fiscal da ANNEL. A ANELL tem inclusive atribuições em outras fiscalizações no próprio estado de São Paulo, mas não de usinas desse porte – usinas de maior porte.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Obrigado, deputado Ricardo Madalena. O senhor já concluiu?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Já. Pode ir já.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Bom, vou tentar ser assertivo então. O problema de Americana, vamos concentrar em Americana. Eu vou fazer então um breve histórico das últimas fiscalizações que nós fizemos em Americana e a classificação que se deu a nível A de Americana. Num primeiro momento, eu vou falar rapidamente do que é a classificação. Você tem o dano potencial e a categoria de risco. Você tem a legislação, a 2.234, e você tem a resolução normativa 696. E na resolução 696 tem os critérios para você classificar a barragem. Esses critérios da 696 foram usados na Barragem de Americana, e o que que acontece? Quanto à categoria de risco, nós temos três matrizes onde se tomam vários referenciais: altura, manutenção e capacidade de vertimento. Na outra é o dano potencial.

O dano potencial, você analisa os possíveis danos a jusante do barramento e que aconteceriam em caso de rompimento da barragem. Se tem uma grande concentração de população e indústria, a barragem se classifica em risco alto nos termos de dano potencial. Ali você não tem oscilação, ali é só devido à concentração da população que significa na questão do alto. Agora, quanto à categoria de risco, por que a Americana foi classificada em alta? O que que aconteceu? A ANEEL, a agência reguladora, solicitou a todos os agentes empreendedores do setor elétrico que se classificassem, autotransmissão no formulário de segurança de barragens. E a CPFL se classificou na categoria de risco e nível alto. Por quê? Naquele período que lá entregou o FCB, ela tinha um problema na comporta que diminuía a capacidade de vertimento dela. E esse item na matriz, só esse item quando você tem problema de vertimento das comportas, ele já vincula o barramento para a categoria A, independentemente dos pontos dos outros itens.

Então, a equipe técnica da CPFL classificou, ficou classificada em dano potencial alto e no outro item alto. Alto e alto, ela vai para classe A, e ela ficou rotulada em classe A. O que foi feito em 2017? Fomos verificar, a pedido da ANEEL, exclusivamente o que estava sendo feito para mudar esse nível, que saísse do nível alto. Então a CPFL, para consertar isso e se acertar num nível B ou nível C, deveria fazer a manutenção dessa comporta. É uma comporta radial de segmento – se eu me lembro, é a comporta 2. O que que a CPFL fez? Ela fez uma série de obras, ela enfrentou algum problema, porque ela não podia fazer a depressão no reservatório, porque o reservatório tem muitos aproveitamentos múltiplos – tem captação de água, uso consuntivo – e ela não podia fazer o método convencional, que é você fazer a depressão do reservatório e da manutenção daquela comporta.

Ela usou uma outra estratégia, deu uma manutenção na comporta e solicitou à agência reguladora, depois de fazer os testes, solicitou à agência reguladora federal para que mudasse essa categoria de risco e passasse para um risco médio. Médio e alto na matriz de classificação que eu falei, que é a 696, ela vai cair para classe B, ela sairia da classe A. Então ela fez todas essas manutenções em 2017, nós acompanhamos. Em 2018, nós também estivemos lá. Em 2014, anteriormente, também acompanhamos uma fiscalização de operação em campo, in loco. E agora, em 2019, na campanha da força-tarefa que foi montada pelo governo federal, nós estivemos lá e a equipe da CPFL fez esse pedido para a ANEEL, foi alterada a categoria dela. Hoje a Barragem Americana não está mais rotulada como A, ela está rotulada como B. Então, basicamente é isso que aconteceu. Fico aberto agora a perguntas técnicas, como é a característica da barragem e tudo mais. Mas esse é um breve histórico, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS -** O.k. A gente agradece ao Fábio Ferrão e também a fala do Marcos Roberto Lopomo. Eu já vou abrir para perguntas, já têm dois deputados inscritos. Primeiramente, o deputado Rafa Zimbaldi, que é o relator, o deputado Dirceu Dalben, que é o vice-presidente, e o deputado Luiz Fernando Teixeira.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB -** Boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqui o nosso presidente, Roberto Morais, presidente da CPI. Cumprimentar o Adalberto, o Dirceu Dalben, o Luiz Fernando e também o Ricardo Madalena. Desejar um bom retorno a todos os deputados. Agradecer aqui a presença do Lopomo, do Nelson e do

Fábio, que fizeram aqui a exposição. Não sei se teria mais apresentação referente à represa de Americana, à Barragem de Salto Grande, mas eu queria propor. Eu queria propor, eu queria colocar alguns questionamentos aqui, Marcos, às vezes sendo até repetitivo. Eu sei que a explanação foi bastante importante, colocando aqui um pouco do papel da Arsesp, falando um pouquinho do controle.

Então, diante dessa apresentação que nós tivemos e que foi colocada aí, podemos afirmar que a Arsesp é realmente responsável pela fiscalização da usina de Salto Grande.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Pela fiscalização, sim. É conveniada com a ANEEL, mas responsável, sim, no âmbito do convênio com a ANEEL.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Tá. Foi colocado que, dentro de todo esse cenário de fiscalização, a responsável pela análise de risco é a própria empreendedora, é isso? No caso, a CPFL.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Eles fazem a autoclassificação. Eles respondem a questionários e isso o classifica. Obviamente que a fiscalização pode constatar, como foi feito inclusive em Americana, questões que podem fazer com que mude a classificação de risco, porque quem vai determinar no âmbito final a classificação de risco é a ANEEL.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Num primeiro momento, a CPFL apontou como o risco alto, classe A, é isso? Risco A. E aí depois foi classificada para risco B.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Porque houve o ajuste da questão da comporta, que foi feito. Havia uma dificuldade na manutenção dessa comporta, porque a área alagada é uma usina histórica e, para fazer a manutenção, historicamente, você reduzia o reservatório para poder fazer a manutenção. Isso antigamente. Hoje, como o reservatório é de múltiplo uso, há uma dificuldade em fazer esse tipo de movimento. Então a empreendedora implementou ações para que se pudesse fazer a manutenção dessa comporta. Foi feita, e aí reclassificaram.



**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - E quando foi apontado risco A, havia risco de rompimento da barragem?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Não, acho que não era fator de risco de rompimento, não é?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - O problema era o vertedouro.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Por gentileza, está sendo gravada a reunião.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Desculpem-me, senhores.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - É questão de prática.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Está certo. É falta de prática minha, mas eu falo. Não, ela ficou classificada na categoria alta por quê? Como eu falei, na 696 são três matrizes que você usa para classificar ela e tem vários quesitos. Um dos quesitos é capacidade de vertimento, e esse quesito é bem leonino. Se você não tem – e o que é o correto também –, se você não tem capacidade de estar com... reduzida de vertimento, porque o vertimento é uma segurança, qualquer momento que você abrir as comportas em caso de uma chuva elevada com tempo de recorrência, é uma garantia da estabilidade dela. Você tinha um problema numa das comportas. Então você tinha problema de resposta em caso de necessidade de abertura dessas comportas.

O que que o empreendedor fez? Eles se autot classificou – apesar de ser autot classificação, ele foi muito sincero –, ele se autot classificou com esse problema de vertimento. Só naquele ponto, ele não precisa nem somar os outros itens, já eleva ele para o grau de risco alto. Após a manutenção e os testes, ele requereu o quê? Ele requereu que fosse abaixado aquele valor, foi abaixado pela agência reguladora nacional, e ele passa para uma outra categoria, uma categoria média ou baixa. E no final, quando eles somam as duas, ele sai do A e vai para a B. É isso que é a classificação da barragem. O que ela tinha era um problema quanto à comporta. Ela estava com a capacidade reduzida de vertimento dela.

Eu acho até interessante, a CPFL fez uma boa apresentação sobre a capacidade de vertimento das comportas. Ela apresentou para nós, apresentou para a ANEEL, e dá uma segurança para a população assistir essa apresentação da CPFL, porque ela mostra como funciona o vertedouro, a manutenção que fez, e a garantia de vazão que ela dá. Basicamente é isso, Srs. Deputados.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Correto. Bom, eu acho que os senhores sabem, a Comissão Parlamentar de Inquérito foi proposta pelo deputado Roberto Moraes diante de uma reportagem que nós tivemos na TV Bandeirantes dizendo que o risco era altíssimo de rompimento da barragem, e que as cidades de Limeira e Piracicaba seriam varridas, literalmente, do mapa. A pergunta é a seguinte: não é estranho a CPFL ser concessionária da barragem e ela se autofiscaliza? Qual é a garantia que nós temos de segurança, que nós podemos oferecer de segurança à população, sendo que a própria concessionária se autofiscaliza?

Eu não sei se no caso de Mariana e Brumadinho foi a mesma coisa, mas a concessionária está apontando que era risco A, depois passou a risco B. Qual é a segurança que a população tem, que essa Comissão Parlamentar de Inquérito tem de que realmente essa barragem não oferece risco de rompimento?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - A legislação trata da responsabilidade do empreendedor em realmente passar essas informações, porque há estudos que são de propriedade, que somente o empreendedor conseguiria fazer. A estrutura de fiscalização não teria condições, e isso em nenhum lugar é assim, de contratar ou de fazer estudos de forma tão específica a se verificar a estabilidade de barragem. Eu entendo que a questão é que nós temos que verificar toda essa documentação de forma regular, e é isso que a fiscalização busca fazer. Ao se verificar que está tudo de acordo, e obviamente e com fiscalização em campo, como nós temos feito, é possível, sim, se fazer uma nova classificação e pedir uma classificação elevada. Acho que essa grande preocupação, de o próprio empreendedor se autotransclassificar num nível que seria na realidade mais alto.

Mas entendemos que as fiscalizações, como são feitas hoje, se observar os laudos, as documentações do ponto de vista de fiscalização, e obviamente que acreditando nas informações que estão sendo prestadas – até porque, no caso de energia elétrica, comumente nós temos grandes grupos com responsabilidades elevadas nas

informações que são prestadas –, que elas sejam conduzidas dessa forma, então entendemos que sim, cumprimos... O cumprimento da lei está sendo feito. A menos que houvesse uma mudança na lei federal com relação à forma como se fiscaliza ou como se atribui risco às barragens.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Um aparte, deputado Rafa.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Ainda em cima do assunto da matéria da Bandeirantes, com certeza, se vocês não assistiram, vocês tomaram conhecimento e depois foram ver as imagens. Qual foi a reação? Isso foi no sábado à noite. O que vocês fizeram a partir daí?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Nós já tínhamos ido a essa... À de Americana? Nós já tínhamos ido.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Com relação específica à matéria de que Piracicaba e Limeira seriam varridas do mapa. O que foi feito?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Pode falar.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - O que aconteceu? Quando chegou a reportagem, nós fomos acionados pela Agência Nacional, a ANEEL. A ANEEL chegou, aquela reclamação se tornou pública, se tornou em todo o Brasil. E em Americana, devido ao caso de Brumadinho, se formou o quê? Se formou essa força-tarefa e ela já estava no rol a ser fiscalizada, de fiscalização. O que que a Arsesp fez? Ela estava com o cronograma de fiscalização para PCH Americana. Foi adiantada a fiscalização de Americana, e nós fomos nos pontos específicos onde foi apontada a reportagem. A reportagem verificou a ombreira esquerda, onde há um sinal de carbonatação consolidada ali. Pedimos os laudos para o empreendedor, no caso a CPFL, sobre aquela carbonatação.

Na ombreira esquerda, ela tem dois equipamentos de auscultação, que são dois piezômetros ali para análise da estabilidade. A empreendedora CPFL nos apresentou

também os ensaios da fundação, é uma fundação em basalto, do local, e nós fomos no local seguindo o que se pede a legislação. Pedimos como estava o PSB, que é o Plano de Segurança de Barragem. Pela rotulagem da PCH Americana, ele tem a obrigação de ter o PSB e também tem um outro volume, que é o PAE – Plano de Ações Emergenciais. Como a barragem tanto em B como A tem a obrigação de ter o PAE, que é o Plano de Ações Emergenciais. Então nós fomos verificar isso, verificamos também como estava o relacionamento da CPFL com a Defesa Civil.

Tivemos uma reunião com as defesas civis sobre o esclarecimento da segurança de barragens. Nós estivemos presentes nessa reunião, fizemos a inspeção visual em campo onde apontamos alguns pontos de melhoria. Pedimos o relatório, há uma obrigatoriedade na legislação: se ela está rotulada em A, B ou C, ela tem periodicidade de fazer esse relatório de inspeção regular. Esse relatório de inspeção regular vai ser feito por um profissional técnico, recolhido a RT, onde ele vai ter que focar no funcionamento de equipamentos de auscultação, porque esses equipamentos nos sinalizam como está a situação da barragem, e fazer uma análise desse equipamento e também como está a situação da barragem. E também podemos acrescentar a questão das ações que têm que ser tomadas.

Então nós fomos lá, o relatório está conosco. Ainda não terminou o processo. Nós fizemos um relatório de campo, estamos analisando a resposta do empreendedor.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Há quanto tempo?**

**O SR. FÁBIO FERRÃO -** Nós fomos na fiscalização agora nesse primeiro semestre. Foram 28 barragens em todo o estado de São Paulo. É um relatório mais complexo e a agora nós vamos terminar a análise dele e proceder o plano de ações. Então basicamente a fiscalização da Arsesp, logo depois da reportagem, a pedido da ANEEL, adiantou essa, e fomos para campo fazer essa inspeção e verificar a adequação da CPFL à Política Nacional de Segurança de Barragens.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB -** Mais algumas perguntas, rapidamente. O Fábio falou que foi apontado, diante à apresentação do laudo da CPFL, que foi apresentado alguns pontos de melhoria por parte da Arsesp. Foram cumpridos esses pontos?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Sim. A CPFL apresentou agora um cronograma para algumas ações que nós apontamos. E o que vai ser feito agora nessa segunda etapa? Nós vamos acompanhar como está o andamento desses planos de ação que foram feitos. Quanto ao PSB e o relatório de inspeção regular, a CPFL apresentou o PSB, apresentou o PAE, mostrou um bom relacionamento com a Defesa Civil, que é o que está impactando, embora – eu vou aproveitar o momento, em vez de individualizar, eu vou generalizar – um grande problema na Política Nacional de Segurança de Barragens, é um dos problemas que mais fragiliza ela, é a questão de implantação do PAE com as defesas civis. As defesas civis têm vontade e tem desejo de implantar o PAE e ter um relacionamento estreito com o empreendedor, porém faltam recursos para financiar a Defesa Civil.

Mas a CPFL mostrou um bom interesse, fez reuniões pessoalmente na barragem, fez visitas – nós acompanhamos essas visitas. Então, basicamente, tendo o PSB, o PAE se adequando, o relatório de inspeção periódica, ela está cumprindo a Política Nacional de Inspeção de Barragens, e cabe à Arsesp monitorar o barramento constantemente de Americana, assim como todos os outros de São Paulo que nos são delegados pela ANEEL.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Uma última pergunta, presidente. A Arsesp atesta a segurança da Barragem de Salto Grande?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - A Arsesp atesta toda a documentação fornecida pelo empreendedor para a segurança da barragem. E do ponto de vista de documentação, que foi apresentada cumprindo o cronograma de trabalho que eles colocaram à disposição de realizar, nós entendemos que sim, ele está adequado dentro daqueles níveis de classificação, que é o objetivo final da fiscalização.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Mas hoje nós podemos dizer que não existe risco de rompimento da barragem?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Pela matriz de classificação, não.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - O.k.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Pela ordem. Por essa matriz, não. Teria um outro motivo que poderia sofrer risco?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Não, a matriz de classificação serve para isso. A Arsesp se pauta naquilo que está legislado. A legislação é que dá a atribuição das nossas funções. Então, se eu tenho uma legislação que diz que eu devo classificar com uma matriz de risco, esse é o nosso papel, de verificar se o empreendedor está tomando os devidos cuidados para que se classifique daquela forma. E obviamente que, independentemente da classificação, como é o caso aqui dessa última fiscalização, existe uma série de pequenas ações e correções – acho que o Fábio falou aí até tecnicamente sobre algumas delas – em que o empreendedor ou é recomendado ou determinado a cumprir.

E é nesse rol que a CPFL se encontra hoje. Ela tem hoje no cronograma de trabalho coisas a realizar este ano, outras a ser realizadas ano que vem e até 2021, mas que são questões que não têm esse potencial de dano de rompimento. Acho que isso que é preciso ficar claro e deixar claro. E obviamente, assim como já é difícil de digerir as questões técnicas no âmbito de uma CPI, muitas vezes também uma simples reportagem não consegue observar a tecnicidade e pode dar um grau – ainda mais num ambiente que se viveu logo após Brumadinho, eu fiz questão de colocar isso no início –, pode dar um grau de atenção para algo quando a gente estava falando de uma manutenção de uma comporta.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Bom, Marcos, eu agradeço. Olha o tamanho da responsabilidade aqui, que nós temos na mão, em especial a minha pessoa, o meu mandato, que fui eleito – o primeiro mandato, não é, Roberto? – fui eleito relator desta importante Comissão. Nós vimos uma reportagem que dizia que seriam varridas do mapa duas cidades. Nós ouvimos aqui o Ministério Público apontando que não oferece risco e a Arsesp agora dizendo também que não oferece risco. E logicamente que é isso que nós vamos oferecer em nosso relatório.

O que eu gostaria, presidente, de pedir é se é possível a Arsesp enviar, a toda a Comissão Parlamentar de Inquérito, todas as documentações, todas as solicitações, o acompanhamento periódico das fiscalizações, quais as medidas que estão sendo melhoradas, aperfeiçoadas, quais os itens que precisam ainda ser cumpridos pela CPFL. E ainda mais: eu solicito que, mesmo após o término desta Comissão Parlamentar de

Inquérito, que diante das questões colocadas pelo Ministério Público – e eu fiz questão de que a Arsesp estivesse aqui colocando e atestando, porque o órgão responsável pela fiscalização é a Arsesp –, eu gostaria que mesmo após o relatório apresentado, falando da segurança, daquilo que já foi cumprido, daquilo que falta cumprir, que a Arsesp continue enviando à Presidência da Casa e também a este deputado, que foi o relator desta CPI, todos os atestados, todas as fiscalizações seguintes.

Mesmo não havendo... Mesmo a CPI tendo encerrado, seus trabalhos, mas é importante para este parlamentar que nós possamos ter um cumprimento de todos os requisitos, de todos os pontos de melhorias, manutenções, que sejam cumpridos aí pela CPFL. Então, podemos contar com o compromisso da Arsesp?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Pode contar. Encaminharemos, nós temos aí esse cronograma e, até o fim desse cronograma, ações de acompanhamento. E podemos encaminhar, sim.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Em quanto tempo nós teríamos toda essa documentação?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Essa documentação é fácil, é em poucos dias. Em uma ou duas semanas a gente prepara toda a documentação e encaminha.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Pode ser em uma semana?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Pode, claro.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Pode ser? Presidente, estou satisfeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Obrigado ao deputado Rafa Zimbaldi, ele que é o relator desta Comissão. O deputado Cezar justificou a ausência, ele está com outro compromisso nesse horário aqui na Assembleia Legislativa. O deputado Ricardo Madalena também, presidente da Comissão de

Transportes, teve que se retirar. Eu agradeço a presença dele também. O próximo deputado inscrito é o deputado Dirceu Dalben.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Muito boa tarde, Sr. Presidente. Quero saudar aqui os colegas deputados, o Adalberto, o Luiz Fernando, o Rafa, o nosso presidente, o Madalena acabou de sair, e o Cezar justificando a sua ausência. Sempre agradecendo a Deus em primeiro lugar, pela vida, pela saúde e por permitir a nós estarmos aqui nesta CPI, onde o objetivo é esclarecer e dar segurança e resposta à população sobre os fatos mencionados na reportagem já citada. Quero saudar aqui o Sr. Marcos Roberto Lopomo e também os técnicos da Arsesp que o acompanham, o Nelson Kazuo e o Fábio Ferrão.

Eu tenho algumas perguntas, algumas já foram superadas pelas perguntas dos colegas, mas eu quero ainda assim registrar algumas que não foram totalmente esclarecidas no meu entendimento. Sr. Marcos, qual é o método construtivo e técnicas de instrumentação da Barragem de Salto Grande? O senhor poderia explicitar para a gente?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Eu vou pedir para o Fábio, que é o nosso engenheiro civil aqui, esclarecer.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - De forma sucinta, viu, Fábio?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Vou tentar, gente.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Dentro do seu tempo, não precisa também atropelar.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Está bom, vou tentar ser o mais objetivo. Obrigado, antes de mais nada, deputado. Vamos lá. Quanto aos equipamentos de auscultação utilizados ali na barragem, nós temos os piezômetros. Os piezômetros estão concentrados, como eu falei naquele exemplo lá da ombreira esquerda, justamente o objeto da reportagem, na ombreira esquerda nós temos um piezômetro ali instalado onde a CPFL, após a instalação dele, verificou até a fundação da barragem, a fundação do basalto. Você também tem uma outra instrumentação de medição próxima à casa de força, onde ficam as turbinas, onde fica o equipamento de geração de energia, onde sai o



conduto forçado. Até na foto dela, se ela for ampliada, eu mostro os pontos onde estão aqueles equipamentos. Aqueles equipamentos são os equipamentos de auscultação da CPFL ali, os piezômetros.

Agora, na ombreira direita, a CPFL também faz a medição com... Ela tem uns outros equipamentos medidores de vazão na ombreira direita ali. São esses equipamentos que a CPFL tem em termos de equipamentos que nós chamamos na engenharia de instrumentos de auscultação. Agora, quanto ao método construtivo dessa barragem, essa barragem é uma barragem antiga. Antes da construção dessa barragem nós tivemos uma pequena central de geração – nas fotos vocês vão ver até uma pequena casa na ombreira direita dela. Ali foi feito com concreto, é uma espécie de concreto rolado com carro, concreto ciclópico, dosado na sua totalidade. A ombreira dela é de concreto rolado, praticamente feita naquela época. Mais alguma coisa em que eu possa ser mais específico, Sr. Deputado?

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Não, foi claro. Então ela é uma barragem – para deixar bem claro –, é um tipo de barragem que não é feita com material inerte, mas sim com concreto usinado, ferragem. Diferente da barragem que rompeu em Mariana, é isso?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Correto, deputado. A barragem de Brumadinho é um outro método construtivo. É uma barragem que é alteamento à montante, em que você aproveita o rejeito para fazer esse alteamento de barragem – que graças a Deus foi proibido isso. As barragens do setor elétrico, de geração de energia, são completamente diferentes os métodos construtivos delas.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Um aparte, deputado. Obrigado, deputado.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Fábio, na linha de preocupação do deputado Rafa, que vai assinar o relatório e nós vamos votar – favorável ou não, claro, vamos avaliar o relatório –, e de todos os demais deputados, nós temos aqui ex-prefeito, tem deputado de primeiro mandato, tem deputado de quarto

mandato, deputado de seis mandatos, deputado de cinco mandatos; claro que é o nome da Alesp que está em jogo. Essa maneira construtiva da barragem de Americana, depois dessa matéria que eu não tive – eu assisti a ela, mas não gostaria de ter assistido, sabe? Não “não assistido”, mas gostaria que uma matéria dessas não tivesse entrado depois do que eu estou vendo aqui. É a maneira construtiva da barragem que garante que não há risco?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Sr. Deputado, são vários fatores que garantem a estabilidade do barramento. Um dos principais é o controle e a manutenção dele e o controle com os equipamentos. A CPFL está dando manutenção nessa barragem. Nós estivemos... Os senhores vão acompanhar os nossos relatórios e vão ver o histórico de fotos de onde houve uma evolução na questão de manutenção dela. O barramento, grosso modo, vamos falar uma linguagem bem chão, não é só construir e deixar ele ali. Você precisa manter. Na obra de engenharia civil tem que ter... Não é só pai que bota no mundo, tem que ter mãe para cuidar da obra, tem que dar manutenção constante a ela e também tem que ter fiscalização do órgão público. O órgão público tem que estar presente ali.

E o que dá uma garantia à segurança de qualquer barragem? É que haja uma manutenção constante, verificação de evolução de patologias. Nós temos o que nós chamamos de reação álcali-agregado nos concretos. Tem que ser monitorado, tem que ser verificado e tem que dar manutenção. Em parte de comporta, nós temos oxidação das comportas metálica até devido à poluição da água, à poluição do ar, e tem que ser dada manutenção constante. E o que garante isso é uma fiscalização adequada e constante. A cobrança dos Srs. Deputados é muito válida para garantir essa segurança que movimenta toda essa cadeia, e o acompanhamento da instrumentação. E a CPFL comprovou isso à Arsesp, Sr. Deputado.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Presidente, mais algum aparte?

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Não.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - A pergunta do presidente veio reforçar a que eu fiz, a inicial, a pergunta. O material que é usado, que, de certa forma, não é o mesmo material que é usado em usina de dejetos, mas mesmo assim é um material que ao longo

do tempo sofre desgaste de intempéries da natureza e da própria função que lhe é dada. É uma usina antiga, uma barragem antiga, e a nossa responsabilidade aqui é tão grande quanto a dos senhores, porque nós estaremos acompanhando ou não o relatório do Rafa Zimbaldi, mas, para acompanharmos, nós queremos ter certeza, porque nenhum deputado quer assinar aqui algo para tranquilizar a população e depois ser aí vítima do próprio relatório.

Como o senhor acabou de explicar agora aí com muito entusiasmo, de um técnico assíduo como o senhor tem se mostrado ser aqui nas suas respostas e na sua participação, o que vai garantir a vida útil dessa propriedade, dessa estrutura, não é só o material que com que ela foi construída. É claro que com o material usinado, ferro, dá uma segurança maior do que barro e dejetos minerais. Mas, além disso, precisa ter a manutenção periódica. Quem fiscaliza e quem acompanha se o que a concessionária – não importa ela qual seja – coloca no papel está certo e se realmente tem sido feito aquilo que está no papel? Isso é função de qual instituição ou de qual órgão ou de qual departamento? É esse mesmo onde o senhor está desenvolvendo o seu trabalho?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - O acompanhamento é feito pela ANEEL, delegação da Arsesp por causa dessas usinas, e fica claro aqui no caso da usina de Americana que isso tem sido feito. Eu tenho em mãos aqui, por exemplo, três relatórios, são relatórios que vêm desde 2017, e há uma sequência desse acompanhamento, e é isso que é importante que seja mantido.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Justamente por ter lido e ter analisado esses relatórios que eu faço essa pergunta, porque os relatórios apontam falhas, erros, que não são tão sérios, outros um pouco mais sérios, outros menos sérios, mas aqui não – nos relatórios – está apontando o que tem de errado, o que tem de ser corrigido. É tipo um relatório de Tribunal de Contas, Rafa, que aponta lá na Câmara Municipal, na prefeitura, Luiz Fernando, medidas que você tem que tomar, só que depois o agente público ou privado tem que tomar. Eu queria a informação, se vocês tiverem agora – se não tiverem, a gente, na linha do relator, poderá disponibilizar e socializar aqui para a Comissão –, do que foi apontado, do que foi colocado e o que foi corrigido além das comportas, dessa parte do lado esquerdo ou direito comprovadamente, documental, para que possamos juntar isso no nosso relatório.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Nós temos e consta dos relatórios que encaminharemos.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Muito obrigado. Dando sequência – desculpa até ser um pouco cansativo, mas é bom a gente esclarecer, porque não é sempre que nós temos a oportunidade –, com relação à gestão dos reservatórios, o que se entende da gestão do reservatório com relação ao contrato? O senhor poderia dissertar para nós aqui um pouco sobre isso? Pode ser o técnico, pode ser o Kazuo, pode ser o senhor mesmo.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Poderia repetir a pergunta?

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Gestão do reservatório. O que se entende como gestão isso no contrato, na ANEEL e na Arsesp? O que vocês entendem por isso?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - O contrato de concessão das usinas estabelece as responsabilidades. Vou dar um exemplo claro aqui, a questão de uso múltiplo. Há uma série de questões que devem ser respeitadas e que, no caso específico, fica evidente que foi, por exemplo, a dificuldade de fazer uma manutenção como foi a que motivou a questão da classificação dela. Então, há esse respeito à questão dos múltiplos usos do reservatório e outras questões também. A CPFL tem envidado esforços agora na questão da vegetação, da eutrofização, e então o empreendedor faz uso daquela barragem, e não é somente a barragem. A barragem tem obviamente o seu reservatório, e é daí que ele economicamente viabiliza o empreendimento. Então, sim, existem responsabilidades e vão estar no âmbito do contrato dele.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Tá. Estendendo aí a sua resposta, Sr. Marcos, na questão da gestão dos reservatórios, o que diz o contrato é “realizando a gestão e também as respectivas proteções das áreas, inclusive o disposto entorno”. E, como o senhor disse, a empresa concessionária tem interesse em manter a segurança do reservatório, da represa, por uma questão, claro, humana, social e ecológica, mas sem perder de vista a questão financeira, porque é o que também motiva ela, não é, deputado Adalberto? Porque é a matéria prima que gera energia. Nessa linha, o senhor poderia explicar qual é a quantidade de energia produzida na usina? Tem esses dados?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Eu acho que eu tenho. Só mais uma questão com relação à obrigatoriedade do entorno. Nessa documentação que encaminharemos tem uma das determinações, inclusive que o empreendedor se comprometeu, que é a adequação do Plano de Segurança das Barragens quanto à indicação de áreas do entorno das instalações e seus respectivos acessos. Então existem outras questões aqui abordadas que o relatório detalha bem, que há um comprometimento do empreendedor. Vamos ver aqui.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Já tem os dados ou ainda não?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Temos.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Senão, eu passo para a outra.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - São três geradores, 30 mega tem-se nominal.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - E isso por mês, por dia, por ano?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Não, essa é a potência da usina. A geração depende de quanto está sendo acionado. Essa é a potência que a gente busca para fazer a classificação das centrais. A potência da usina.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Com relação... Esse dado não é tão importante, é mais ilustrativo, depois os senhores podem enviar. Com relação a manutenção, instalação e execução de programas periódicos de inspeção, monitorações, ações de emergência e avaliação de segurança da estrutura da usina, além do relatório enviado pela empresa, pela concessionária, existem outros instrumentos que vocês procuram avaliar? O Ferrão que responde? Precisa do microfone aí, porque tem que estar tudo gravado.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Além do relatório, há uma obrigatoriedade do agente dele fazer as inspeções regulares. E, pela legislação, as inspeções regulares, num dos

tópicos tem um relatório de inspeção regular onde ele vai detalhar tudo o que ele faz em termos de análise, em termos de manutenção, plano de operação, plano de manutenção na barragem. A CPFL disponibilizou os últimos relatórios de inspeção regular da barragem. Esses relatórios, através de fotos e gráficos, dão uma segurança ao fiscalizador e à sociedade do que está sendo feito para manter a segurança da barragem. Inclusive, eu vou – como cidadão, além de técnico – sugerir que vocês peçam esses relatórios que são muito importantes, porque ela vai ter um histórico de como se comportou essa barragem nos últimos 10 anos, 12 anos, as peculiaridades dela e a questão do aproveitamento hídrico.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB -** Pela ordem.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL -** Eu gostaria de reforçar que tudo isso já foi solicitado por ofícios, tanto do relator quanto da minha pessoa – e do presidente –, no início da reunião. Mas nós iremos reforçar. Um aparte ao relator.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB -** Só para complementar. Obrigado, Dalben. Independentemente de pedidos, independentemente de solicitação formal, porque nós já estamos fazendo, então deixar mais uma vez: oficializar todos aqueles documentos que fazem parte da Barragem de Salto Grande; desde o início aí da Arsesp até toda a documentação referente à Barragem de Salto Grande, é importante que seja encaminhado aqui. Independentemente da solicitação ou não, mas de documento específico. Então, o que nós estamos pedindo aqui é um book mesmo completo da Barragem de Salto Grande.

**O SR. FÁBIO FERRÃO -** E isso é superimportante e é muito válido e vai ajudar muito. Nós temos esse histórico não só da Arsesp quando da antiga comissão de serviços públicos, que é anterior à Arsesp. Podem ser levantados todos esses dados para os deputados aí. Agora, quanto ao funcionamento da barragem, ela se vincula, ela tem interferência com o Sistema Cantareira. E ela, em alguns pontos, quando nós temos crises hídricas, essa barragem não pode gerar totalmente, porque tem que segurar o reservatório para abastecimento humano. Nós fazemos também, além da campanha de barragens, uma campanha de índices – a Arsesp – onde se verifica como está a geração

e produção das barragens. E ela detectou que tem essa peculiaridade, porque a prioridade é o abastecimento humano, Srs. Deputados.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - O entendimento de múltiplo uso dessa barragem é por conta disso, não é apenas a questão de geração de energia, mas de regularização do Cantareira, da questão hídrica na região, assim entre outras. Seguindo aqui – já estou encerrando, Sr. Presidente –, com relação ao licenciamento, os senhores poderiam informar a esta Comissão sobre as licenças ambientais exigidas para esse tipo de empreendimento? Se estão regulares, dentro dos prazos, vencidas ou não, ou em fase de análise. E, se está em fase de análise, qual é o prazo, qual a última data das licenças? Se estão em vigor ou estão aguardando ainda liberação.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Só dando uma olhadinha aqui, deputado.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Se não tiver, não tem problema.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Podemos encaminhar as informações.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - A gente aguarda isso, que os senhores nos encaminhem, certo, presidente?

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Correto.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Estamos aqui para esclarecer.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Podemos encaminhar, a gente colhe as informações e podemos mandar junto com a documentação.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Se pudessem. Um aparte, deputado.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL -** Todo.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS -** Poderiam encaminhar todos os documentos nesse prazo que já foi solicitado pelo deputado Rafa Zimbaldi?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO -** Sim.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS -** Seria interessante.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO -** Faremos esse esforço.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS -** Porque nós estamos em fase quase – não temos pressa para encerrar, não –, mas quase em fase conclusiva desta CPI.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO -** Perfeito.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL -** O senhor poderia... Porque aqui fica sempre aquela dúvida, classificação A, classificação B, classificação C, classificação D, o que é menos ruim, o que é melhor. E, no meu tempo de grupo escolar, o Rafa é mais novo que eu, o “A” era a melhor nota que tinha – quem tirasse “A” já estava ali. O “B” era mais ou menos, o “C” ... Depois do “D” em diante era pior. Aqui parece-me que é o contrário, não é?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO -** É o contrário.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL -** Então eu gostaria, porque às vezes a gente imagina: “Está no A, caiu para o B; do B subiu para A”, dá a impressão que é uma coisa tão grande essa diferença. Poderia, de forma sucinta, explicitar para nós qual a diferença do A e o B?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO -** A ANEEL tem uma resolução normativa específica de classificação, que é a 696 de 2015. Então essa matriz, ela tem



uma matriz que é “alto”, “médio” e “baixo” para dano potencial associado, e categoria de risco “alto”, “médio” e “baixo” também. O “A” é considerado quando o dano potencial é alto e a categoria de risco também é alta. É comum encontrar usinas de energia elétrica que possuam o seu dano potencial alto, porque são grandes barragens. E, de fato, quando o dano potencial é alto, você não tem a classificação “C” porque, se ela tiver categoria de risco médio ou baixo, ela se enquadra no “B” de bola. E essa matriz de risco varia de setor para setor, o.k.? A ANEEL possui a sua própria classificação em termos de dano potencial.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - E ela dá os atributos.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - É, dá os atributos, sim.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Então, só para ficar claro aqui não só para os nossos representantes, os deputados, mas para quem está nos acompanhando, essa classificação da barragem, como já foi dito aqui, é uma norma da ANEEL, estabelecida numa resolução normativa. O que que é A e o que é B? Dá a impressão de que é uma distância grande, e não é. É muito pequena a diferença. Então nós vamos ficar aqui muito preocupados, outros preocupados porque de A foi para B, não é, presidente?

Só para... Resumindo aqui no linguajar mais simples: “A’ são barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial altos e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança. Não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura”. “B’ são barragens que apresentam categoria de risco ou dano potencial altos”, ou seja, é a mesma leitura A e B, “e cujas anomalias, se presentes, devem ser controladas, monitoradas, e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para a manutenção das condições de segurança.”

Então, como se vê, A e B mudam uma pequena palavra, ou duas, três palavras, mas o risco é o mesmo. Mas é um risco que é possível de ser controlado. A C, como já disse aí, “são barragens que apresentam categoria de risco ou dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias”, o que é impossível hoje essas barragens que existem no País serem classificadas como “C”, porque, com certeza, com o passar dos anos, todas devem ter anomalias.

Bom, para encerrar, eu quero só ler aqui a cláusula oitava e a subcláusula terceira do contrato e quem fiscaliza a concessionária, que é com relação à “execução

dos projetos de obras e instalação, exploração das usinas, observância das normas legais, cumprimento das cláusulas contratuais, utilização e o destino de energia operação, dos reservatórios, qualidade e comercialização do produto”. Por força do convênio, essa incumbência foi delegada também a vocês e que têm feito isso. Penso eu que nós estamos aqui no trabalho para ter segurança do nosso relatório, que vai ser elaborado pelo relator, mas aprovado por todos os membros da Comissão. E é difícil até colocar vocês aqui numa situação de uma pergunta, mas é necessário – até porque legalmente vocês é que fazem a fiscalização e são o órgão responsável por dar essa segurança à população e a quem é o fiscal do povo aqui.

E aí eu quero ouvir dos senhores, e acredito que os senhores também se baseiam em laudos para poderem se posicionar, mas com certeza esses laudos são por profissionais sérios, assinados, responsáveis, servidores públicos – porque já foi perguntado no início aqui, não tem nenhuma terceirização de serviço; mesmo com pouco efetivo, são vocês que fazem esse trabalho. Então quero fazer a pergunta que o Rafa fez e eu quero reforçar. Os senhores... Na opinião dos senhores, a barragem é segura? E os planos de emergência são compatíveis com o risco?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Com base nas informações que foram prestadas pelo empreendedor, sim, mediante ainda à conclusão do cronograma de atividades que eles devem cumprir – que não interfere na questão da segurança da barragem de potencial de risco, tanto que ela está classificada como nível B. E a questão do plano ainda requer alguma adequação, o plano deles. O último que eles apresentaram...

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - O plano de contingência.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - O plano de contingência. Ainda há uma adequação com relação ao PAE, que é o plano de contingência.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Eu observei, lendo o relatório, que fala de algumas ações que a concessionária tem que fazer até para dar segurança aos senhores, e essa segurança, os senhores tendo, transmitirem a nós. Mas eu observei também no relatório, não sei se eu não consegui ver, se é falha da minha leitura, mas eu analisei por diversas vezes, e lá fala de um comprometimento estrutural importante, de alguma

situação que tem que ser feita. Algumas já estão sendo feitas, mas eu não observei lá o valor estimado de recursos a serem aplicados. Os senhores têm conhecimento se existem valores ou se ainda está em fase de estudo?

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Não, a gente não faz o acompanhamento orçamentário do quanto está sendo investido. A gente acompanha as ações e os resultados dessas ações. Não há, por parte do regulador, do fiscalizador, o acompanhamento do orçamento dessas obras especificamente.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Está certo. Vocês têm a solicitação das obras, do que tem que ser feito. O custo, não há necessidade de estar incluído? Tá. Então eu me sinto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu me sinto contemplado no momento com as perguntas. E só gostaria então de reafirmar aqui a necessidade de enviar os dados referentes às perguntas que eu fiz aqui para esta Comissão. E, por último, também a questão que não tem orçamento em valores monetários, mas tem em serviços e obras que precisam ser feitos. Então eu gostaria que encaminhassem a esta Comissão e, em especial, compartilhassem com este deputado todas as informações referentes ao que foi pedido e solicitado, para que eu possa ter a leitura e fazer a avaliação e o meu convencimento no sentido de votar com o relator ou fazer um relatório apartado. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Muito obrigado, deputado Dirceu Dalben, vice-presidente desta CPI. Próximo deputado inscrito é o deputado Luiz Fernando Teixeira.

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - Sr. Presidente, nobres pares, mais uma vez cumprimentando o pessoal que veio até nós aqui, diretoria e técnicos da Arsesp. Eu estou extremamente contemplado, Sr. Presidente, com as perguntas anteriores. Até reiterei, o deputado Dalben reiterou. Pela leitura da Arsesp, pelos documentos analisados e, inclusive pelo que nos consta, auditorias feitas no local, visitas in loco, nós podemos atestar, sobremaneira – aquela população ficou assustada –, de que essa barragem é uma barragem, por todos os documentos analisados, segura. A Arsesp tem conhecimento de alguma barragem que a Arsesp ou que alguma empresa

dessa tenha feito que tenha sofrido algum rompimento ou alguma coisa? No estado de São Paulo.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - No estado de São Paulo, Sr. Deputado, nós tivemos alguns acidentes de barragens ícones que até fizeram com que a documentação técnica sobre segurança de barragem tivesse uma robustez. Nós tivemos o acidente de Euclides da Cunha, nos anos 1970, onde houve um problema que não aconteceu a abertura da comporta em si, houve um extravasamento da barragem e se perdeu uma das ombreiras dela. Graças a Deus não houve vítima. É um acidente ícone no estado de São Paulo. Mas, fora daqui, em termos de hidroelétricas...

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - Eu falo aqui.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Aqui em São Paulo?

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - Aqui em São Paulo.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Nós tivemos a de Euclides da Cunha, que é o mais emblemático dos anos 1970, deputado.

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - E isso por conta de a barragem não ter aberto? Da comporta não abrir e aí ter um excedente de água que forçou e derrubou?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Sim.

**O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT** - Uma ombreira, não a barragem como um todo. Assim, Sr. Presidente, eu, particularmente, entendo que... Primeiro, cumprimento o senhor pela rapidez, agilidade e preocupação que teve, até por conta da, eu diria, inconsequência daquele jornalista que fez, de certa forma, pelo que nós estamos ouvindo do Ministério Público, de técnicos da Arsesp e com os documentos que nós estamos analisando, resta para mim claro de que... Eu tenho um amigo que diz o seguinte: “Se for do jeitinho que esse pessoal ali está falando, nós

podemos ficar tranquilos”. Mas tem que ser do jeitinho que eles estão falando, Sr. Presidente.

Mas assim, eu queria ainda, Sr. Presidente, nós temos um requerimento colocado e já aprovado por esta Casa do deputado relator desta CPI de fazermos uma visita in loco. Eu queria sugerir ao senhor que a gente pudesse fazer isso quanto antes, até porque terá uma análise de todos os documentos agora para fazer. Eu acho que isso seria de bom alvitre a gente dar esse passo fazendo essa visita in loco também, momento do qual nós vamos poder conhecer também uma série de documentações e informações com os técnicos da empresa, da CPFL. Mas queria agradecer a vocês e dizer que a gente confia no que vocês estão dizendo, por isso é que a gente se dá por satisfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Obrigado, deputado Luiz Fernando, sempre muito brilhante. Eu falava aqui com o deputado Rafa, nós estamos marcando para que, tirando o Dirceu, o Rafa e a questão minha, pessoal, porque nós somos ali da região – Campinas, Sumaré e Piracicaba –, para que os deputados todos pudessem ir. O deputado que é de São Bernardo do Campo, o próprio deputado Ricardo Madalena, que fica do outro lado do Estado. Então uma data para que todos fossem, porque talvez os deputados não conheçam essa barragem – não têm obrigação também de conhecer, correto? Em função da distância. E ali nós faríamos já também, ouviríamos o presidente da CPFL.

Antes do recesso parlamentar, nós conversamos com o presidente efetivo da Casa, deputado Cauê Macris, que é de Americana, que nasceu ali em Americana como o pai dele, que é o deputado federal Vanderlei Macris, e ele já disponibilizou, inclusive, toda a equipe aqui, os funcionários, a equipe técnica, a equipe da TV Assembleia, para que a gente faça a reunião no local. A gente faria a visita, o próprio Tiãozinho está encarregado, ele que é o relações institucionais da CPFL e foi com muito orgulho nosso companheiro, nosso deputado aqui na Assembleia, tive o prazer de ser deputado – acho que aqui só eu fui deputado com o Tiãozinho. Estamos “parças”, não é, Tião? E marcaria a saída até a cidade de Americana, a gente faria visita, ali ouviríamos o presidente da CPFL e outros técnicos e traríamos mais documentos para que tenhamos realmente o relatório com muita tranquilidade que será feito pelo deputado Rafa Zimbaldi. Então essa preocupação existe, nós estamos agendando, sim, mas eu gostaria que os nove deputados pudessem comparecer nesse dia.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB** - Além dessa questão da visita, que será muito importante, presidente, eu quero deixar pendente também, e aí eu quero fazer uma análise junto com a equipe, dependendo da documentação, se nós aprovamos também no requerimento o pedido de vinda do pessoal da ANEEL. Então, só pedir a V. Exa. que nos compreenda além da visita técnica, que com certeza será muito importante a nossa ida junto com o pessoal da CPFL, mas também deixar pendente aqui a questão da presença dos técnicos da ANEEL. Não sei se será, mas eu gostaria de fazer uma análise junto com a minha equipe, com a minha assessoria, para ver se há necessidade ou se nós podemos dispensar a Arsesp e o depoimento do Ministério Público é o suficiente.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Eu entendo como importante, mas a gente vai conversar a respeito. Eu tenho só duas questões para colocar aqui. O Dr. Ivan Carneiro, ele que é o promotor lá do Gaema de Americana, esteve... A primeira fala dele, até no dia o deputado – acho que foi o deputado Cezar – brincou, ele falou assim: “Nossa, mas o senhor está dizendo que não vai acontecer nada? Então esvaziou, não vamos mais trabalhar”. Eu falei: “Não, a gente tem muita coisa para ouvir ainda”. O promotor chegou a questioná-los a respeito dessa matéria colocada pela TV Bandeirantes, chegou a pedir os documentos? Pois não, Ferrão.

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Sr. Deputado, sim. O Ministério Público agiu de imediato. Ele acionou tanto a ANEEL como a Arsesp. O nosso diretor Lopomo foi fazer até uma apresentação na escola do Ministério Público sobre esse questionamento de segurança de barragens. Aí nós fomos acionados por eles também.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Eu era muito... Pois não.

**O SR. MARCOS ROBERTO LOPOMO** - Nós tivemos uma oportunidade na escola também do Ministério Público, com diversos promotores, para esclarecer as atividades da Arsesp, como que nós trabalhávamos, e já estava no bojo de toda essa discussão.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Eu nasci lá no bairro Recreio, no município de Charqueada – fica a 30 quilômetros, Charqueada de Piracicaba, o Recreio era a 20 quilômetros. Eu era muito criança, e meu pai, com três filhos – eu mais um irmão e uma irmã –, aos domingos à tarde fechava o comércio que ele tinha no bairro e nós íamos passear. Então a gente ia muito em Americana, na casa da minha tia. Eu lembro que na volta, que é bem no acesso ali na Rodovia Luiz de Queiroz – na época não era nem duplicada ainda a Anhanguera com a Luiz de Queiroz –, nós entrávamos ali na Praia dos Namorados, mas ninguém ia namorar porque eu tinha na época nove, dez anos de idade. Mas eu me recordo o que era o domingo à tarde, os feriados. Aquilo era lotado, o pessoal, não sei se era pedalinho na época, mas curtindo ali a barragem – acho que já era pedalinho; os bares, restaurantes lotados.

Infelizmente isso não existe mais. Além de tudo, é a geração de emprego e renda, não é, Dalben, você que é vizinho ali da barragem, conhece muito melhor do que eu. Depois de criança, eu só voltei agora, logo após a matéria. Nós fomos fazer com o prefeito uma visita naquele local, não tinha nem proposto CPI ainda. E eu vi nessa matéria a reclamação do comerciante que vive daquilo e não consegue viver mais. Eu tenho um amigo que fez umas imagens através de drone, e tem umas imagens até que o Tião nos mandou, você não vê a água, você só vê algas. O que vocês estão fazendo em cima disso? A minha preocupação do meio ambiente é minha preocupação que se retome ali a questão do Turismo, porque o Turismo gera muito emprego, muita venda.

Veja a margem de Piracicaba. Antes, só tinha um restaurante, que era o Mirante. Hoje, ao lado esquerdo da margem, são aqueles restaurantes rústicos embaixo das árvores, mas ao lado do rio. E no final de semana, já começa na sexta até domingo, você vê muitos piracicabanos, mas vê muitas placas, inclusive de São Paulo – os motoqueiros que saem daqui e vão almoçar, saem daqui para almoçar na beira do rio. O que é que vocês têm feito, enquanto agência reguladora, com relação também à limpeza da barragem?

**O SR. FÁBIO FERRÃO** - Sr. Deputado, o que acontece ali no reservatório de Americana? Nós temos um problema que é a eutrofização. Essa eutrofização basicamente – eu vou tentar usar um linguajar bem básico – é um excesso de alimentos que faz a propagação da vegetação, por isso que você vê aquela grande quantidade de vegetação no local. E o que foi feito? A CPFL, quando nós fomos no local em 2019, providenciou a retirada de toda essa vegetação. E na campanha de índices que nós

fazemos, além da campanha de barragens, a CPFL nos informou e nos vai apresentar um relatório feito por um especialista sobre essa questão da eutrofização no local. Como é um reservatório de aproveitamento múltiplo, a preservação dele faz muito necessária também na questão de Turismo aí, como o senhor bem falou. Então a CPFL vai apresentar um relatório sobre isso aí.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS -** O.k. Obrigado. Pois não, deputado Dalben.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL -** Queria aproveitar a colocação do presidente – está vivo ali o lixo –, muito bem colocada, em relação àquela área lá que no passado gerou emprego, renda e divertimento. E não é raro as pessoas mais velhas iguais a mim, e não a V. Exa., que, enquanto criança, usou ali, tinha na região uma área de lazer, divertimento e entretenimento. Mas, deputado Roberto, eu sou testemunha porque estive lá recentemente, até representando V. Exa. também, e pude acompanhar lá um trabalho muito bem feito de retirada dos aguapés – o Rafa Zimbaldi estava presente também –, fazendo a manutenção, a limpeza, a parte da CPFL e também uma grande parceria com a Prefeitura. O prefeito Omar Najar está fazendo uma melhoria ali no entorno, recuperando os quiosques, a pavimentação e acertando.

Eu acredito que a CPI que o senhor propôs aqui está fazendo um bem tão grande, não apenas para a questão da barragem, mas também para o município de Americana, porque aquela região está tendo vida de novo, os investimentos públicos começaram a chegar. Talvez seja coincidência, aqui todo respeito à CPFL, ao Tiãozinho, mas, coincidentemente, após a sua CPI, as coisas começaram a andar rapidamente lá.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS -** A nossa CPI.

**O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB -** A nossa.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL -** E está ficando bonito. Até cheguei a passear um pouco de barco lá, o barco está andando, já que a aguapé já saiu uma grande parte. E existe uma cobrança grande, é bom colocar aqui também, que não é a questão que nós estamos discutindo, que é a montante, os municípios também tratem os seus esgotos –



principalmente os municípios que têm a Sabesp como concessionária, que é uma estatal, nós temos que cobrar; municípios que têm privatização, como Sumaré, que é a Odebrecht e a BRK, e que sofremos lá esta semana, estamos sofrendo ainda com uma falta de planejamento da empresa.

Já se fez a concessão do serviço para não ter problema de racionamento e nem de abastecimento, e nós estamos lá há dez dias sem água por conta de uma empresa tão séria não conseguir fazer um planejamento. E ela precisa tratar o esgoto de Sumaré, assim como Campinas está tratando lá através da Sanasa e, em Paulínia, a Sabesp fazer a sua parte. É isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de informar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Dalben, nossa solidariedade. Eu acompanhava através da nossa Globo da região e eu conversava, estava na minha casa com a minha esposa e falei: “Coitado do Luiz Dalben. Ele não tem nada a ver com isso”, que é o seu filho, “O Dirceu, que é o deputado, não tem nada a ver, porque está concessionado. A água não é do município”. Foi vendida no Governo anterior, e é uma irresponsabilidade você ver aquelas pessoas extremamente humildes, ou não humildes, mas aquelas pessoas em filas de bica d’água.

E a gente sabe, pelo menos na minha cidade, as bicas estão contaminadas, não são próprias nem para o consumo. E muitos que foram ouvidos diziam que levariam a água para lavar a louça, para lavar o chão, jogar no banheiro, mas não tinha água para beber, tomar banho e nem para fazer comida. Então, a nossa solidariedade. E é bom que a população saiba quem é o responsável, é isso que é importante, porque tudo que acontece na cidade o culpado é o prefeito, o culpado é o deputado. E muitos não sabem que hoje, eu acho que a água e o esgoto, não é?

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - A água e esgoto de Sumaré, como o esgoto de Piracicaba – a água pertence à Prefeitura, o esgoto não pertence – a água e o esgoto de Sumaré não pertencem mais já há alguns anos à prefeitura do município de Sumaré. Então a nossa solidariedade ao prefeito Luiz Dalben, que faz um grande trabalho, que é o seu filho. Leva a nossa solidariedade a ele.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Muito obrigado, deputado. Me permita agradecê-lo pela solidariedade. E realmente, só concluindo, dizer que nós fomos contra essa concessão no passado. A gente não estava na frente do Governo. Existe até uma investigação da Lava Jato envolvendo todo esse sistema. Estamos aguardando a Justiça se posicionar. Mas a empresa concessionária só começou a fornecer caminhões-pipa para a população após o prefeito Luiz Dalben entrar com uma ação na Justiça e conseguir uma liminar determinando que a empresa colocasse, disponibilizasse caminhões-pipa para atender à população enquanto ela não regularizasse o sistema de abastecimento. Obrigado pela solidariedade, vou transmitir ao prefeito Luiz Dalben.

**O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS** - Mais uma vez parabéns, Luiz. É isso mesmo, não se brinca, não, com a Saúde Pública e principalmente na questão da falta de água. Não tendo mais nenhum deputado inscrito, quero aqui agradecer ao Sr. Marcos Roberto Lopomo, o Nelson Kazuo Minami, ao Fábio Ferrão e também ao diretor de relações institucionais, o Paulo Arthur Góes, eles que compareceram em nome da Arsesp ao pedido que foi feito por esta CPI. Nós não precisamos convocar, até esse exato momento, ninguém. Todos estão atendendo aos nossos convites. Isso é muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que trabalha para saber realmente a situação da Barragem de Salto Grande.

Nada mais havendo a tratar, nós declaramos encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

\* \* \*

- É encerrada a reunião.

\* \* \*